

Governo pretende criar Centro de Competências da Floresta

6 de Setembro, 2018

O Governo pretende criar um centro de competências formativo para as temáticas associadas à floresta, por forma a gerar uma rede de conhecimento, investigação e divulgação de boas práticas, conta a Lusa.

O Centro de Competências da Floresta será criado “aproveitando estruturas físicas, de recursos humanos e tecnológicas já existentes”, refere a resolução do Conselho de Ministros publicada esta quinta-feira em Diário da República.

Esta é uma das 65 medidas adicionais do Programa de Valorização do Interior, aprovado no Conselho de Ministros que decorreu na Pampilhosa da Serra, em julho.

Segundo a resolução, a criação do centro de competências “permitirá capacitar e credenciar recursos humanos das empresas que desenvolvem a sua atividade no setor florestal, dos agentes da proteção civil e, em particular, daqueles ligados à proteção florestal e ao combate aos incêndios florestais”.

Este centro de competências será um dos polos daquilo que o Conselho de Ministros denomina de “um ‘cluster’ florestal da Região Centro”, que estará vocacionado “para a promoção e valorização das florestas de pinheiro-bravo e autóctones”.

Esta nova estrutura juntar-se-á a outros polos, como o Centro de Biomassa para a Energia, o Centro de Inovação e Competências da Floresta, o Centro de Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova e o BLC3 – Campus de Tecnologia e Inovação.

“O reforço da ligação entre as entidades envolvidas dinamizará atividades que promovam o conhecimento nas áreas da produção florestal, designadamente da produção de plantas, instalação e condução de povoamentos florestais, das operações florestais” e “relacionadas com o corte, rechega e transporte de material lenhoso”, refere a resolução.

O centro vai também trabalhar na formação técnica associada ao planeamento de espaços rurais, conservação e preservação de recursos naturais, prevenção contra fatores bióticos e abióticos, combate a incêndios ou promoção do território e dos produtos endógenos.

Na resolução agora publicada em Diário da República, está também previsto o alargamento do projeto do sistema de cadastro simplificado, através da criação de uma rede de centros de competência regional ou municipal para tratar e partilhar informação cadastral, por forma a garantir uma “decisão mais informada e capaz sobre o ordenamento e proteção do território”.

O documento aprovado em Conselho de Ministros estabelece outras dezenas de

medidas focadas na valorização do interior, nas mais diversas áreas, seja na floresta, política fiscal, cultura, educação ou economia.